XXX Encontro Anual de Iniciação Científica
VII Encontro Anual de Iniciação Científica Júnior
eaic 2021

A PRODUÇÃO TEÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE O TRABALHO INFANTIL NA ÚLTIMA DÉCADA

Anna Isabela Ringvelski Costa (PIBIC/CNPq/FA/UEPG), Cleide Lavoratti (Orientador), e-mail: lavoratti@uepg.br

Universidade Estadual de Ponta Grossa/Departamento de Serviço Social

Ciências Sociais Aplicadas. Serviço Social.

Palavras-Chave: *trabalho infantil, Serviço Social, produções teóricas.*

Resumo

A pandemia junto à intensificação de pobreza trouxe o aumento da incidência do trabalho infantil na realidade brasileira, fenômeno este muitas vezes visto como alternativa de sobrevivência para as famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Entendendo o Serviço Social enquanto categoria que atua interventivamente nas expressões da questão social, o presente estudo buscou mapear as principais produções teóricas da área entre 2010 a 2020 a respeito do trabalho infantil, analisar de que maneira o referido tema está sendo abordado bem como o interesse da categoria sobre a temática. Para tanto, utilizou-se enquanto metodologia a pesquisa bibliográfica. A partir dos resultados obtidos, constatou-se a necessidade de a profissão voltar mais atentamente o olhar para o fenômeno do trabalho infantil, buscando dar maior visibilidade à temática e fortalecer movimentos de luta e resistência em defesa e promoção dos direitos assegurados às crianças e aos adolescentes.

Introdução

A exploração da mão de obra infantil é um fenômeno presente na história do Brasil desde o período colonial. Foi somente em 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que se cria legislação específica sobre o direito à profissionalização e à proteção no trabalho deste segmento. Cabe destacar também a criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em 1996, instituído pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Considerando que a profissão do Serviço Social é regulamentada por Lei e que prevê, dentre tantos outros, o planejamento, execução e avaliação de pesquisas que contribuam para a análise da realidade com o objetivo de fundamentar as ações profissionais, o estudo acerca do conhecimento produzido pela categoria permite enxergar como se dá o direcionamento teórico-metodológico do Serviço Social na temática, sabendo que este fundamenta-se na implementação de políticas públicas e intervém essencialmente no enfrentamento das expressões da questão social.

Material e Métodos

Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, onde se recorreu ao Banco de Periódicos da CAPES delimitando os periódicos de Qualis A e B e também ao Banco de Teses e Dissertações da CAPES, com o recorte temporal da última década (2010-2020) e de autores do Serviço Social.

Resultados e Discussão

A partir da busca, foram encontrados 5 artigos em periódicos, 7 dissertações de mestrado e 3 teses de doutorado que se encaixavam nos critérios estabelecidos para a pesquisa. Foi possível observar que cada um destes discute aspectos diferentes sobre o trabalho infantil e que, ao mesmo tempo, se complementam. Questões legislativas, o modo de produção capitalista, a questão de gênero, a divisão sexual do trabalho, a visão das próprias crianças sobre a problemática e o papel das políticas públicas para o seu enfrentamento - todos apresentando o universo e a diversidade de abordagens do Serviço Social sobre a temática. Outro ponto em comum das obras analisadas é o reforço sobre a importância das políticas públicas no combate ao trabalho infantil, da necessidade de estas atuarem articuladas, com profissionais capacitados e comprometidos na área da infância e adolescência. Percebeu-se também o destaque dos autores que, para planejamento de estratégias para a erradicação do problema, devem ser consideradas as especificidades sociais, políticas, econômicas e culturais que estruturam a nossa sociedade.

Conclusão ou Conclusões

A investigação das particularidades sociais e a produção de pesquisas possuem um papel central na fomentação da prática profissional, tornando possível ao Serviço Social atuar de forma comprometida com a luta pela garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Cabe destacar o número escasso de obras encontradas no período analisado, apontando a necessidade de a profissão voltar o olhar para a temática e atentar-se ainda para as novas manifestações da desproteção social na pandemia e na pós-pandemia que trará novos desafios para a profissão.

Agradecimentos

À professora orientadora Cleide Lavoratti, à Universidade Estadual de Ponta Grossa, à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e à Fundação Araucária pelo apoio à pesquisa realizada.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 3 nov. 2020.

CFESS. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. -10ª. ed. rev. e atual. - Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

RIZZINI, I. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORE, Mary. (org). **História das Crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2018. P. 376-404.